



CONTRATO SEAP/PA Nº 084/2023

Inexigibilidade nº 005/2023 PAE nº 2023/969868

RESUMO

CONTRATANTE

Estado do Pará | Secretaria De Estado De Administração Penitenciária Do Estado Do Pará - SEAP/PA CNPJ nº 05.929.042/0001-25.



CONTRATADO

Condor S/A Indústria Química

CNPJ: 30.092.431/0001-96



Aquisição de Projeteis do tipo AM 403 e Granadas, com objetivo de atender as demandas dos cursos de treinamento da Escola de Administração Penitenciária – EAP, conforme planejamento e as demandas programadas e eventuais oriundas das unidades prisionais, que também são destinatárias dos materiais bélicos elencados.

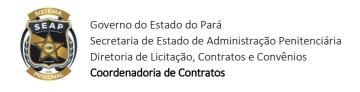


ENTREGA

Forma Em parcela única.

> O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, no prazo de 90 (noventa) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho, Autorização do Exército (DFPC), devendo prevalecer a contagem do prazo de entrega a partir da data do último documento recebido pela empresa.







Local

Rodovia BR 316, Alameda Caixa Pará s/n - Coqueiro -Ananindeua – CEP 67015-520. Horário: 8h às 16h

VALOR TOTAL

R\$ **1.994.022,00**

REAJUSTE

Índice **⊠ IPCA** ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM A cada 12 meses, a contar de 13/09/2023 (data do Período orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contra-Prazo

to.

FISCALIZAÇÃO

Os fiscais do contrato são os servidores ANTONIO SÉRGIO PI-MENTA QUINDERÉ JÚNIOR - MATRÍCULA Nº 54193727, na condição de titular, e ANDREWS JUNIOR VITORIANO MORAES matrícula nº 5949736, na condição de suplente, lotados na Gerência de Patrimônio.

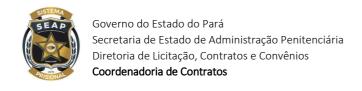
VIGÊNCIA

Prazo 12 meses.

Início A contar da data de assinatura do contrato.









CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

ESTADO DO PARÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTA-DO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - SEAP/PA, CNPJ № 05.929.042/0001-25, COM SEDE NA AVENIDA JOÃO PAULO II, 602, ENTRE HUMAITÁ E VILETA, CEP 66095-492, Belém/PA, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRE-TÁRIO, MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES, BRASILEIRO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE № 13827 PM/PA E DO CPF № 462.525.762-04, RESIDENTE E DOMICILIADO **NESTA CIDADE.**

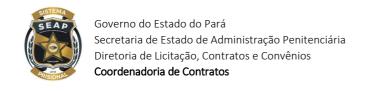
CONTRATADO

CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA, CNPJ nº 30.092.431/0001-96, com sede na Rua Armando Dias Pereira, 160 Nova Iguaçu - RJ CEP: 26053-640, Telefone: (21) 3974-3355, (91) 99981-5235 e email: comercial.nacional@condornaoletal.com.br, martinscarneiro2015@uol.com.br, neste ato representado por LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO, RG nº 134.655 OAB/RJ e CPF nº 095.195.527-66.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo da contratação direta por INEXIGIBILIDADE **DE LICITAÇÃO N°005/2023,** constante no PAE nº 2023/969868, e é regido pelo artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

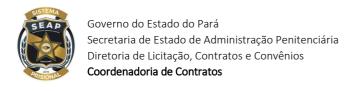




Objeto

- 3.1 O objeto da contratação é a aquisição de Projeteis do tipo AM 403 e Granadas, com objetivo de atender as demandas dos cursos de treinamento da Escola de Administração Penitenciária – EAP, conforme planejamento e as demandas programadas e eventuais oriundas das unidades prisionais, que também são destinatárias dos materiais bélicos elencados, conforme descrito no Termo de Referência, o qual ADERE a este documento para todos os fins.
- 3.2 Este instrumento se vincula ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta e aos anexos desses documentos.
- 3.3 Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

| Item | Descrição | Preço unit | Qtd | Total |
|------|--|------------|--------|-----------------|
| 1 | AM 403– PROJÉTIL- CILINDRO DE BORRACHA MONO- IMPACT | R\$ 36,87 | 45.785 | R\$1.688.092,95 |
| 2 | GB 707– GRANADA DE LUZ E SOM (INDOOR) | R\$ 420,79 | 119 | R\$ 50.074,01 |
| 3 | GB 704- GRANADA INDOOR EFEITO MO- RAL | R\$ 275,86 | 69 | R\$ 19.034,34 |
| 4 | GL 203/L – GRANADAS LANÇADORES 40 MM (ANTI-MOTIM | R\$ 458,04 | 70 | R\$ 32.062,80 |
| 5 | GL 304 – GRANADA DE EFEITO MORAL | R\$ 333,14 | 247 | R\$ 82.285,58 |
| 6 | GL 305 – GRANDA DE GÁS LACRIMOGÊNIO | R\$ 451,37 | 145 | R\$ 65.448,65 |





| 7 | GL 307 – GRANDA LUZ E SOM (OUTDOOR) | R\$ 471,27 | 121 | | R\$ 57.023,67 |
|---|--|------------|-----|-------|------------------|
| | | | | TOTAL | R\$ 1.994.022,00 |

Entrega dos bens

As condições de entrega e recebimento dos bens adquiridos são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 5

Preço

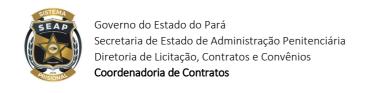
O valor global do contrato é **R\$ 1.994.022,00 (Um milhão, novecentos e noventa e quatro mil e vinte e dois reais)** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício do ano de **2023**, na classificação abaixo:

| Fonte | 0.1.500.000.01. | |
|-------------------------|-----------------------------|--|
| Programa de Trabalho | 97.0101.1.03.128.1502.8832. | |
| Elemento de Despesa | 339030. | |
| Plano Interno | 1050008832C. | |





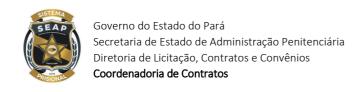
Reajuste

- 7.1 O contrato será reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- 7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada 12 meses, a contar de 13/09/2023 (data do orçamento estimado).
- 7.3 O reajuste se restringirá ao valor do saldo contratual existente na data em que aquele for devido.
- 7.4 O reajuste será realizado de ofício pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.
- **7.5** O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.
- **7.6** O reajuste será realizado por simples apostila.
- 7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.
- 7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

- 8.1 O pagamento será realizado em 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.
- 8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:



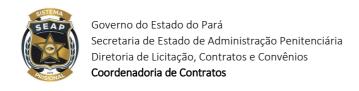


Banco Banpará.

Agência 027

Conta 370.008.9

- 8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.
- **8.4** Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.
- 8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.
- **8.6** A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.
- 8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de 5 dias úteis. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.
- 8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.
- **8.10** Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.





- 8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.
- **8.12** A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.
- 8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.
- 8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

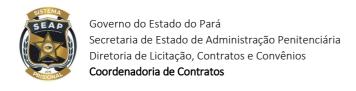
Garantia de cumprimento contratual

- **9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.
- 9.2 A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de 12 (doze) meses, a partir do seu recebimento definitivo pela contratante, no mínimo.

CLÁUSULA 10

Obrigação das partes

- **10.1** O CONTRATANTE tem a obrigação de:
- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.





- **b.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- **c.** Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- **d.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- **e.** Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- **f.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- **g.** Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

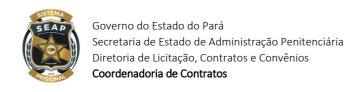
- **a.** Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- **b.** Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- **c.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- **d.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- **e.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.





- f. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- g. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
 - 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 - **4.** Certidão de Regularidade do FGTS.
 - **5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - **6.** Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- **h.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- i. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- k. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- I. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- m. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua

VALLIM





proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.

n. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

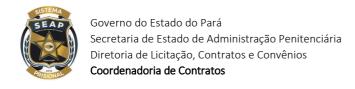
- **11.1** A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.
- **11.2** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.
- 11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CON-TRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

| Infração | | Penalidade | | |
|----------|---|--|--|--|
| a. | Dar causa à inexecução parcial do contra- to. | * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "Impedimento de licitar e contratar". | | |
| b. | Dar causa à inexecução parcial do contra- to que cause grave dano ao CONTRATANTE | Impedimento de licitar | | |





ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

- **c.** Dar causa à inexecução total do contrato.
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

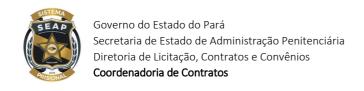
e contratar*

* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "Declaração de inidoneidade para licitar e contratar".

> Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

- 12.2 O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal n° 14.133/21.
- **12.3** A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.
- **12.4** As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa



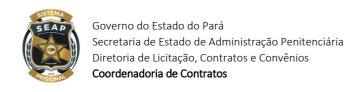


Moratória

Compensatória

- a. 0,06% sobre o valor da parcela ina- 15% sobre o valor total do contrato, no dimplida injustificado até o limite de 30 dias corridos.
- atraso caso de inexecução total do seu objeto.
- b. 0,33% sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos pela inobservância do prazo fixado apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de 15 dias úteis, contado de sua intimação.
- **12.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.
- 12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até 15 dias úteis, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.
- **12.8** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o rito especial previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- **12.9** A aplicação das sanções deve observar:
- **a.** A natureza e gravidade da infração.
- **b.** As peculiaridades do caso.
- **c.** As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- **d.** Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VALLIM



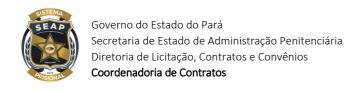


- 12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.
- **12.11** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 12.12 No prazo de 15 dias úteis, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- **12.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

Alterações do contrato

- **13.1** As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.
- 13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até 25% do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.
- 13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

VALLIM





13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

- 14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.
- 14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.
- **14.3** Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- **14.4** Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor ANTONIO SÉRGIO PIMENTA QUINDERÉ JÚNIOR – MF 54193727, na condição de fiscal titular, e ANDREWS JUNIOR VITORIANO MORAES - MF 5949736, na condição de fiscal suplente, lotados na Gerência de Patrimônio, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

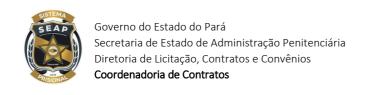
MARCO ANTONIO Assinado de forma digital por MARCO SIROTHEAU ANTONIO SIROTHEAU

RODRIGUES:5774 RODRIGUES:5774047 047 Dados: 2023.12.14

CORREA

16:52:04 -03'00'

CORREA





Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa preferencialmente à Câmara de NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual n° 121/19.

CLÁUSULA 18

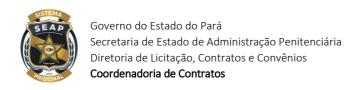
Divulgação e publicação

- **18.1** O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 10 dias úteis e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.
- **18.2** Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.





19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém (PA), na data da última assinatura.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA CORREA RODRIGUES:5774047 RODRIGUES:5774047 Dados: 2023.12.14 16:52:31

Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO SIROTHEAU

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará **Contratante**

LUIZ CRISTIANO 52766

LUIZ CRISTIANO
VALLIM

Assinado de forma digital por LUIZ CRISTIANO
VALLIM MONTEIRO:09519552766

DN: c=BR, 0=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RR, ou=RB e-CP A3, ou=AC
SERASA RRB, ou=RENOVACAO ELETRONICA,
ou=CERTIFICADO DIGITAL, cn=LUIZ CRISTIANO
VALLIM MONTEIRO:09519552766
Dados: 2023.12.13 15:49:25-03'00'

CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA

Luiz Cristiano Vallim Monteiro Contratado

Nome da Testemunha

RG:

CPF:

Testemunha

Nome da Testemunha

RG:

CPF:

Testemunha

Art. 1º - Designar o servidor ANTONIO SÉRGIO PIMENTA QUINDERÉ JÚ-NIOR - Matrícula Funcional nº 54193727 como fiscal titular e o servidor ANDREWS JUNIOR VITORIANO MORAES - Matrícula Funcional nº 5949736 como fiscal suplente do Contrato Administrativo nº 084/2023/SEAP, celebrado entre a empresa CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA e a SECRETA-RIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP, cujo objeto é Aquisição de Projeteis do tipo AM 403 e Granadas, com objetivo de atender as demandas dos cursos de treinamento da Escola de Administração Penitenciária – EAP, conforme planejamento e as demandas programadas e eventuais oriundas das unidades prisionais, que também são destinatárias dos materiais bélicos elencados.

Parágrafo Único- São atribuições do fiscal: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, das cláusulas contratuais e fazer relatório de finalização do contrato.

Art.2º - Deliberar que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

SECRETARIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Protocolo: 1024191

ERRATA

PORTARIA Nº 1908/2023 - DGP. SEAP BELÉM, 12 DE DEZEMBRO DE 2023,

publicada no DOE 35.644 de 14/12/2023, Protocolo: 1023459. . Servidor:

- CAIO CEZAR SANTOS CONCEIÇÃO, Matrícula n.º 5906713/3
Onde se lê: no período: 02/01/2024 a 31/01/2024
Leia-se: no período: 02/01/2024 a 01/03/2024

Protocolo: 1024090 PORTARIA Nº 1944/2023 - DGP. SEAP BELÉM, 12 DE DEZEMBRO **DE 2023,** publicada no DOE 35.644 de 14/12/2023, Protocolo: 1023459.

- JOSÉ WALLACE ROBSON FERREIRA FONSECA, Matrícula n.º 57209997/2

Onde se lê: no período: 02/01/2024 a 31/01/2024 **Leia-se:** no período: 15/01/2024 a 13/02/2024

Protocolo: 1024091

CONTRATO

CONTRATO: 098/2023/SEAP/PA TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2023/SEAP

EXERCÍCIO: 2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA.

VALOR TOTAL: R\$ 158.008,77

ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho 97.0101.1.03.421.1502.8283 Elemento de Despesa 339039. Fonte 0.1.500.000.01. Plano Interno 1050008283C.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2023 VIGÊNCIA: 14/12/2023 a 14/12/2024 CONTRATADO: VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 05.293.074/0001-87

ENDEREÇO: Av. hum, 55, distrito industrial Genesco Aparecido de Oliveira,

Lagoa Santa/MG.

ORDENADOR: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES -

Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Protocolo: 1024179

CONTRATO: 084/2023/SEAP/PA INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023/SEAP/PA

EXERCÍCIO: 2023

OBJETO: Aquisição de Projeteis do tipo AM 403 e Granadas, com objetivo de atender as demandas dos cursos de treinamento da Escola de Administração Penitenciária – EAP, conforme planejamento e as demandas programadas e eventuais oriundas das unidades prisionais, que também são destinatárias dos materiais bélicos elencados.

VALOR TOTAL: R\$ 1.994.022,00 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Programa de trabalho 97.0101.1.03.128.1502.8832. Natureza de despesa 339030.

Fonte 0.1.500.000.01. Plano Interno: 1050008832C. DATA DA ASSINATURA: 14/12/2023 VIGÊNCIA: 14/12/2023 A 14/12/2024. CONTRATADO: Condor S/A Indústria Química

CNPJ: 30.092.431/0001-96

ENDEREÇO: Rua Armando Dias Pereira, 160 Nova Iguaçu - RJ ORDENADOR: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES -

Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Protocolo: 1024197

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2023/SEAP

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENI-TENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ – SEAP/PA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.929.042/0001-25, e a empresa VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.293.074/0001-87.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA, objetivando, assim, uma melhoria no controle de acesso de materiais e pessoas nas Unidades Penais que serão contempladas com o equipamento de raio-x corporal (Bodyscan). DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE

LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

VALOR ESTIMADO: R\$ 158.008,77 (cento e cinquenta e oito mil, oito reais e setenta e sete centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Programa 97.0101.1.03.421.1502.8283. Natureza de despesa: 339039. Fonte: 0.1.500.000.01. PI: 1050008283C.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RO-DRIGUES - Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará.

FORO: Belém - Estado do Pará.

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará

Protocolo: 1024180 TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023/SEAP/PA

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITEN-CIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - SEAP/PA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.929.042/0001-2, e a empresa Condor S/A Indústria Química, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 30.092.431/0001-96

DO OBJETO: Aquisição de Projeteis do tipo AM 403 e Granadas, com objetivo de atender as demandas dos cursos de treinamento da Escola de Administração Penitenciária – EAP, conforme planejamento e as demandas programadas e eventuais oriundas das unidades prisionais, que também

são destinatárias dos materiais bélicos elencados. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. 74, inciso I, da Lei Federal no

14.133/21. VALOR ESTIMADO: R\$ 1.994.022,00 (Um milhão, novecentos e noventa e

quatro mil e vinte e dois reais) ORÇAMENTÁRIOS: RECURSOS

Funcional Programática: 97.0101.1.03.128.1502.8832.; Natureza de despesa: 339030. Fonte: 0.1.500.000.01. PI: 1050008832C. ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RO-

DRIGUES - Secretário de Estado De Administração Penitenciária.

FORO: Belém - Estado do Pará. Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado De Administração Penitenciária

Protocolo: 1024194

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará, MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES, resolve ratificar o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 005/2023 para aquisição de Projeteis e Granadas, conforme descrito no Termo de Referência.

Valor: R\$ 1.994.022,00 (Um milhão novecentos e noventa e quatro mil e vinte e dois reais)

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado De Administração Penitenciária

Protocolo: 1024196 RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará, MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES, resolve ratificar o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 008/2023 para Contratação de empresa especializada para realizar movimentação de 03 (Três) Bodyscan entre as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA, objetivando, assim, uma melhoria no controle de acesso de materiais e pessoas nas Unidades Penais que serão contempladas com o equipamento de raio-x corporal (Bodyscan). Valor: R\$ 158.008,77 (cento e cinquenta e oito mil, oito reais e setenta e

sete centavos).

Belém, 14 de dezembro de 2023.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará

Protocolo: 1024184

APOSTILAMENTO

PROCESSO: 2020/288603

APOSTILAMENTO Nº. 04 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2021 - SEAP

APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 124/2021/SEAP VISANDO A ADE-QUAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DA FORMA DE PAGA-MENTO, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP E A EMPRESA EXPRESS ALIMENTOS - COZINHA INDUSTRIAL LTDA, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica no 18.580.303/0001-96, como CONTRATADA, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de quatro refeições diárias (desjejum, almoço, jantar e lanche noturno) e refeições destinadas a população da UMI (Unidade Materno-Infantil), mediante a operacionalização de fornecimento, preparo, distribuição e transporte para as unidades penitenciárias e delegacias de Polícia Civil sob responsabilida-